



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ACTA n.º 11

QUADRIÉNIO 2009 – 2013

(Art.º 56º a 60º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro)

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 30 DE ABRIL DE 2011

----- Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão Multiusos, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por António Manuel Rios da Fonseca Leal, Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

----- **Ponto número um** – Período antes da ordem do dia; -----

----- **Ponto número dois** – Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal; -----

----- **Ponto número três** – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, relativos a 2010, bem como do parecer do Auditor Externo; -----

----- **Ponto número quatro** – Análise, discussão e votação da 1ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano; -

----- **Ponto número cinco** – Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respectiva avaliação (os documentos encontram-se disponíveis na Câmara Municipal para consulta) -----

----- **Ponto número seis** – Nomeação de um representante para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal; -----

----- **Ponto número sete** – Período destinado ao público. -----

Depois de assinada a folha de presenças para verificação de quórum, constatou-se a falta dos deputados, Leonel Fernando Costa Pinto Nunes Cruz, substituído por Sandra Ribeiro; Manuel Pinto, substituído por Armando Correia Antunes; Celina Tabosa Ramos Pinto, substituída por José Carlos dos Santos Rodrigues, todos membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e João Paulo Rodrigues Matias e António Augusto Rocha Rua, substituído por António Reis Ferreira, que também faltou, todos pertencentes ao Grupo Municipal do Partido Socialista. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como as registadas pelos Presidentes de Junta de Freguesia de Palhais, João Alfredo do Nascimento dos Santos; de Santa Maria, Amélio Manuel Martins Nunes Salvador, este substituído por Hélder Jorge Baptista; de Tamanhos, Nuno Filipe Cardoso Morgado; de Terrenho, Amílcar César dos Santos, substituído por Fernando Osório Santos; e de Torre do Terrenho Leonel Jesus Lopes, substituído Alberto Ferreira. -----

----- Consideram-se ainda faltosos, nos termos do nº2 do Art.º 30º, do Regimento da Assembleia Municipal – o qual prevê que: “*Será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos, ou, do mesmo modo, se ausente dos mesmos, por período igual de tempo*”, o deputado municipal Mário do Carmo Lopes Castela, membro do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e Joaquim Figueiredo Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Valdujo. -----

Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Sr. Presidente do Município, Júlio Sarmento, bem como os vereadores, António Oliveira da Silva, João Carvalho, Amílcar Salvador, António Manuel Gomes do Nascimento e Ivone dos Santos Mouco. -----

----- O Presidente da Mesa deu início à sessão pondo à discussão a acta número dez relativa à última sessão realizada em Fevereiro. Não havendo intervenções e posta à votação, a mesma foi aprovada por maioria com quatro abstenções. Convidou a deputada Adelina Maria Almeida Ferreira Vaz para completar a constituição da Mesa uma vez que o primeiro secretário, deputado Leonel Cruz, faltou. Apresentou condolências ao Presidente da Junta de Freguesia da Castanheira pelo falecimento da sua mãe, bem como à família do Sr. António Amaral, que foi durante vários mandatos Presidente da Junta da Freguesia de Moreira de Rei e membro desta Assembleia e, também apresentou condolências à deputada Rosa Maria Batista Abreu pelo falecimento do seu sogro. Referiu que a Assembleia Municipal recebeu uma carta de um grupo de funcionários da Escola Profissional de Trancoso que apresentou e divulgou. Esta carta assinala um conjunto de preocupações que os funcionários da escola apresentaram à Câmara Municipal, à AENEBEIRA e à Assembleia Municipal. Referiu, também, pelo facto de a comemoração do 25 de Abril, que este ano coincidia com a segunda-feira de Páscoa e como tal muita gente estaria fora de Trancoso, se optou por fazer um convite que teve por objectivo comemorar o 25 de Abril, alterando o que era hábito fazer-se nos anos anteriores, pois costumava comemorar-se o 25 de Abril, em Assembleia Ordinária. Além disso, este ano não era possível entregar, em tempo, todos os documentos necessários para esta reunião. Optou-se então, por fazer uma cerimónia evocativa, convidando, todos os membros da Assembleia Municipal e do Executivo. Após esta explicação, o Sr. Presidente da Assembleia abriu, no que respeita ao período antes da ordem do dia, o espaço para intervenções, dando a palavra ao deputado Luís Castro. -----

----- Este começou por manifestar o seu agrado pelo facto de o Centro Interpretativo da Cogula ter realizado algumas exposições e fez votos para que os objectivos para que este Centro foi criado se tornem uma realidade, nomeadamente, que seja uma porta de entrada no Vale do Côa e mostre tudo o que se faz na região, principalmente nas suas aldeias e que seja um local onde os turistas que chegam possam ser recebidos e orientados sobre aquilo que se pode fazer. Sugeriu que se aproveitasse o espaço também para uma mostra das actividades culturais, nomeadamente do azeite e das velas, não só da Cogula, mas também de outras localidades do concelho e da região. Questionou ainda o motivo de ainda não terem sido colocados ecopontos na Cogula e se estaria prevista a sua colocação. Nomeou algumas medidas e apoios que podem ser encontrados no PRODER acerca da Gestão no Espaço Florestal, nomeadamente na acção “Minimização de Riscos”, sub-acções “ Defesa da Floresta Contra Incêndios” e “Minimização de Riscos Bióticos Após Incêndios” e na acção “Valorização Ambiental dos Espaços Florestais”, com apoios que podem ir até os 100%, destinados, entre outros, a Organismos da Administração Local. Disse que a Câmara poderia divulgar os programas, apoiar as candidaturas de particulares que queiram melhorar a nossa floresta, incentivar a incrementar medidas, sensibilizar a população. A própria Câmara poderia neste momento entender que há zonas com um grande risco de erosão e intervir. Disse que na nossa zona os carvalhais estão a desaparecer, apesar de neste momento se conseguir observar que existe uma regeneração natural de carvalhos em pequenas dimensões que seria bom acompanhar. A Câmara poderia ir para o terreno, pois considerou que esta reunia as melhores condições para uma acção dessas. Poderia criar uma zona de intervenção florestal ou várias, onde se desse coesão ao território, criando-se um mosaico paisagístico para que o fogo não percorra o concelho todo à semelhança do que aconteceu há uns anos atrás. A Câmara deveria olhar para o espaço rural em que vivemos e do qual dependemos. Tal como apoia o investimento de determinados sectores da economia, também poderia apoiar os sectores ao investimento na parte agrícola e florestal. Com isto tudo estaria a proporcionar desenvolvimento económico, a criar postos de trabalho, a melhorar a qualidade da paisagem, a contribuir para a regulação do ciclo

hidrológico, para o sequestro do carbono e melhoria da paisagem. Terminou a sua intervenção referindo que “ apostar nos clusters de desenvolvimento local, como a agricultura e a floresta, não pode ser visto como um paradigma do passado, mas sim e antes de mais, um desafio à inteligência dos mortais”.-----

----- Usou a palavra a deputada Rosa Abreu chamando à atenção para o que tem vindo a acontecer semanalmente no espaço onde se encontram os feirantes. Estes estão a alongar as suas tendas e estacionam os seus veículos em cima do empedrado irregular o que faz que cada vez mais apareçam pedras partidas. Questionou o Sr. Presidente do Município se ele e os fiscais municipais estão a dar conta do que está a acontecer. Lembrou o vereador João Carvalho que, quando a Feira de São Bartolomeu decorre, costuma fazer comentários, no sentido que qualquer feirante que passe em cima do empedrado e parta alguma pedra tem que se responsabilizar pelo seu pagamento. Questionou se os feirantes estavam a ser responsabilizados pelas pedras que se encontravam partidas. Referiu também o problema dos estacionamento nos dias de feira e a quantidade de lixo que fica após a feira, tendo a câmara responsáveis pelo ambiente que não conseguem sensibilizar os feirantes a deixar a cidade limpa. -----

----- Usou da palavra o deputado Amaral Veiga referindo que o Grupo Municipal do PS também recebeu uma carta assinada por cerca de três dezenas de trabalhadores da Escola Profissional, onde manifestavam a sua preocupação com afirmações proferidas na sessão desta Assembleia, de 28 de Fevereiro, pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da Escola Profissional. Disse que tal preocupação era legítima uma vez que cada trabalhador teria direito a defender o seu posto de trabalho e porque as afirmações proferidas pelo actual responsável da Escola Profissional expressaram que esta tinha os seus dias contados ou que o seu futuro era pouco risonho. Trata-se de um assunto demasiado sério que não poderia ser visto com ligeireza. O Grupo Municipal do PS preocupa-se com esta questão, que deve preocupar todas as pessoas de Trancoso, porque reconhecem que os trabalhadores da EPT têm dado o seu melhor para defesa desta instituição. Pareceram-lhe infelizes as afirmações proferidas pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, na medida em que as mesmas podem desencadear repercussões negativas na candidatura aos novos cursos. Nessa comunicação também parece haver uma crítica velada à gestão e à falta de estratégia da direcção da escola. É visível, também, uma chamada de atenção à falta de transparência e de rigor das contas. Disse que, todos estes desabafos por parte dos trabalhadores da EPT eram preocupantes, e deviam merecer a reflexão desta Assembleia Municipal. Por isso entendeu que esta chamada de atenção foi positiva na medida em que obrigou a reflectir. Salientam também de forma positiva, o inconformismo dos trabalhadores da Escola, que estão dispostos a lutar pela sua instituição e postos de trabalhos, e por isso sugerem ao Presidente da Assembleia o agendamento deste assunto para uma próxima sessão da Assembleia Municipal. Agradeceu o facto do Sr. Presidente da Assembleia ter evocado aqui a memória de um autarca que foi seu tio, António Maurício Amaral. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei durante 20 anos. Apesar dos laços de parentesco e amizade que o ligaram ao seu tio, disse nunca ter solicitado qualquer apoio político, e ele também nunca publicamente manifestou o seu apoio relativamente às suas candidaturas. Pensa que o fez sempre com grande respeito e lealdade para com o partido pelo qual era eleito, o PSD, e também nunca lhe pediu, por respeito a si próprio. Disse respeitar a sua memória e manifesta a sua admiração por ele, daí agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por ter recordado a sua memória. Questionou o Presidente do Município se não sente vergonha pela falta de respeito e consideração com que está a tratar os habitantes de Moreira de Rei, devido ao atraso no saneamento. Se sente alguma vergonha, não tem outra alternativa senão retomar de imediato os trabalhos, e pedir desculpa a todos os

habitantes de Moreira de Rei pelas sucessivas faltas de cumprimento das suas promessas. De pouco serve estar a referir os constrangimentos próprios causados pelo acompanhamento arqueológico. Esses constrangimentos não o impediram de começar os trabalhos atendendo às eleições, ao arrepio de qualquer formalidade legal, fê-lo com desrespeito pela lei e pelas obrigações legais. Pede para respeitar as promessas que sucessivamente foi fazendo à população e ao Presidente da Junta da Freguesia de Moreira de Rei. -----

----- Em resposta o Presidente do Município disse que o deputado Amaral Veiga referiu que era muito importante que esta Assembleia reflectisse no problema da EPT. Entendeu até que se deveria fazer uma sessão sobre este assunto, mas quando o Dr. Oliveira aqui interveio para fazer um apelo a essa reflexão, não foi compreendido e foi até motivo de chacota. Mas um debate promovido pelo PS sobre esta matéria já tem todo o sentido segundo o Grupo Municipal do PS. A EPT é uma realidade que sempre nos identificou, o projecto sempre foi uma realidade regional, isto é, a sua capacidade ia para além da capacidade de oferta de alunos do concelho de Trancoso. Ao longo dos anos sempre houve alunos de concelhos envolventes. No momento em que se generaliza o ensino profissional com oferta em todas as sedes de concelho, uma escola de âmbito regional acaba necessariamente por ser afectada. Esta questão merece ser debatida, porque é efectivamente preocupante, e porque também é preocupante as mudanças sucessivas das regras do POPH, designadamente em matéria de aquisição de custo por aluno que vai descendo todos os anos quando os custos sobem, e como tal também do ponto de vista financeiro a EPT vai ter cada vez mais dificuldades em ter capacidade financeira para gerir a própria escola. Disse que cabe a todos nós defender a EPT, e não fazer desta uma querela político partidária, agora também não podemos fazer de conta que nada se passa. Disse que estas reclamações podem ter repercussões que podem vir afectar a EPT, porque sendo uma escola de âmbito regional, ao transparecer nos órgãos da comunicação social que a EPT está a ter problemas, é evidente que menos alunos virão. Disse que neste momento estão pagos os vencimentos de Abril, após ter sido resolvido o atraso que o POPH tinha relativamente à escola. O que está neste momento conseguido, através de um esforço da direcção da EPT, juntamente com a Câmara Municipal e o Sr. Governador Civil para que o assunto dos trabalhadores da EPT fosse defendido com imediato reembolso para pagamento desses vencimentos. Esta questão deve ser tratada seriamente, e da mesma forma que valoriza positivamente a intervenção do deputado Amaral Veiga para reflectir sobre um problema que tem sentido, não pode deixar de criticar, quem criticou o Sr. Presidente do Conselho de Administração que aqui veio colocar essas questões à nossa reflexão. Relativamente ao saneamento de Moreira de Rei, o mesmo está adjudicado a uma empresa e teve que ser interrompido porque os serviços de arqueologia e do IGESPAR, impediram que se prosseguissem as obras porque têm de ter acompanhamento arqueológico. A Câmara de Trancoso está envolvida em várias obras que têm de ter este acompanhamento, sendo que neste momento estão contratados pela Câmara três arqueólogos. Estes estão envolvidos nas obras do campo da feira, nas escavações no Centro de Interpretação da Cultura Judaica porque esta obra encontra-se suspensa e pendente destas escavações. Estão também envolvidos no Largo Luís de Albuquerque, no Castelo, no Palácio Ducal. Disse que tem sistematicamente, junto do Eng.º Vítor e da Dr.ª Céu feito um apelo para que se consiga ao mesmo tempo fazer o acompanhamento de Moreira de Rei e está impedido porque os arqueólogos da Câmara só podem acompanhar uma obra de cada vez e não estão em condições financeiras de contratar um quarto arqueólogo para fazer o acompanhamento de Moreira de Rei. Vamos ter de acabar uma destas intervenções para irem para essa freguesia de modo a que a obra do saneamento possa ser continuada. Em resposta à deputada Rosa Abreu disse que estão em obra

no Campo da Feira, na próxima Assembleia irão trazer o regulamento que irá permitir instalar os feirantes. No futuro, todos irão ser instalados no Campo de Baixo e aqueles que não couberem, nos termos do regulamento, não virão a Trancoso. O mercado só estará licenciado quando estiverem os feirantes todos colocados numa área, em locais distribuídos por sorteio, com o regulamento aprovado, com o controlo de área de entrada e saída vedado e com uma área de estacionamento. Relativamente à intervenção do deputado Luís Castro disse que a única entidade que apresentou e divulgou todas as medidas do PRODER publicamente no concelho de Trancoso foi a Associação de Desenvolvimento Raia Histórica. Portanto considerou que as medidas eram do conhecimento público e foram divulgadas. Disse que havia funcionários na área da defesa da floresta contra incêndios, um regulamento que tinha previsto um sistema de protecção da floresta contra incêndios e faziam reuniões periódicas. Havia vários anos que se candidatavam com apoio destes programas para fazerem faixas de protecção nos caminhos florestais e pontos de água. Ao abrigo do PRODER disse que participaram cinco caminhos agrícolas, e várias electrificações agrícolas. Como transpareceu em vários orçamentos e contas de gerência apresentadas, foram executadas várias obras desse domínio. -----

----- Em direito de resposta, o deputado Amaral Veiga referiu que quando intervinha sobre alguns assuntos o fazia gracejando mas que tais assuntos eram sempre sérios. O assunto da EPT, no seu entender, tratou-o como um assunto sério. Quanto à posição do Dr. Oliveira relativamente à EPT e o seu futuro, disse já o conhecer porque ele, em outras ocasiões, já o tinha referido na Câmara Municipal. É conhecida a sua posição, a sua crítica contra o Governo, quer por ter criado cursos profissionais nas escolas secundárias, quer pelas novas regras do POPH. Não foi o PS que alguma vez se serviu da escola profissional, nem se irá servir de pontos político partidários da EPT. Referiu ser curioso que não tivesse merecido reflexão a crítica que os trabalhadores fizeram à falta de rigor e de transparência da gestão daquele estabelecimento de ensino. Se os trabalhadores referiram que isso era um problema, dever-se-ia, então, responder a essa crítica. Relativamente ao saneamento de Moreira de Rei, disse que pouco lhe importa a justificação que o Presidente do Município dava, o que não consegue entender é que sucessivamente prometa e não cumpra. -----

----- O Presidente do Município disse que em democracia, o único juízo sobre quem promete e não cumpre é feito pelo povo e este tem dado a sua resposta. -----

----- Interveio o deputado José Carlos Rodrigues referindo que era necessária uma melhor limpeza no Bairro Sr. dos Aflitos. Concretamente, na Rua Padre António Vieira existia um lote, no qual desconhecia o que ali iam fazer e que neste momento se encontrava cheio de lixo. Solicitou que a Câmara pedisse a intervenção da EDP na iluminação pública, porque havia sectores com a iluminação apagada havia alguns anos. Referiu que era necessária mais limpeza no Centro Histórico, na zona do Castelo. Referiu também que seria bom que não se permitisse trânsito na Corredoura porque 90% dos carros que se encontravam estacionados durante o dia eram dos patrões e empregados dos comércios ali instalados.

----- Usou da palavra a deputada Conceição Alexandre, referindo que a comemoração do 25 de Abril foi simples e tudo o que era simples era bonito. Também foi rápida, tudo o que é rápido não cansa e foi também um belo cruzamento entre palavras e música, pelo que queria realmente dar os parabéns aos deputados que intervieram. Concordou com a intervenção da deputada Rosa Abreu porque todas as sextas feiras aparecem muito mais pedras partidas. -----

----- Interveio a deputada Emília Tracana referindo que relativamente à EPT o que tinha para dizer já foi respondido pelo Presidente do Município. Disse que amanhã poderia estar descansada em casa mas vai com um grupo de alunos para Castelo Mendo, ninguém mais se prontificou a ir. É importante que a Escola esteja presente, temos de primar pela

qualidade, pelo zelo e pela tradição. Referiu que Trancoso está nas rotas históricas e tem saído em revistas da especialidade. Saiu na revista Visão e na Fugas, isto deve-se à Câmara que proporciona toda a informação e é importante porque os turistas promovem o desenvolvimento e o consumo. -----

----- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois** da ordem de trabalhos. -----

----- O Presidente do Município, respondendo ao deputado José Carlos, uma vez que a sua intervenção poderia ser enquadrada na actividade municipal, mencionou que concordava na generalidade com a sua intervenção. No que dizia respeito à Corredoura era uma matéria relativamente à qual a Câmara ainda não tinha definida uma posição. Já foi pedido ao Arquitecto Tiago que estudasse um projecto para ali, a Câmara prepara-se para implementar um alargamento dos passeios, com desnível ou não de quotas, mas manteriam o trânsito com estacionamento condicionado para cargas e descargas. Por outro lado, entendia que não seria apenas uma obra apenas de pavimentação, porque ao levantar a calçada, as condutas de água e saneamento deveriam ser substituídas, bem como seriam colocados ramais para telefones e electricidade. Disse que o projecto quando estiver pronto deve ser colocado à discussão. Relativamente ao lote, é um lote em que têm de colocar lá algo ou ceder para alinhamento, porque trata-se de um lote em que não cabe lá uma casa, nem em termos de loteamento foi considerado lote. Quanto à limpeza, no geral o que houve das pessoas que nos visitam, é que Trancoso tem um ar muito limpo. Evidente, que os recursos da Câmara são limitados, mas concorda que o deputado possa considerar que a limpeza nos bairros ou Castelo, possa não ter sido feita suficientemente bem mas o lixo aparece todos os dias, a todas as horas. -----

----- Usou da palavra o deputado César Prata, para referir que na sua opinião, a rua da Corredoura já deveria estar fechada e ter sido devolvida aos peões há 20 anos. Mais uma vez, chamou à atenção para a publicidade que se encontrava afixada nas árvores com fita-cola e na própria Corredoura em colunas de granito. Achava que existiam posturas municipais que penalizavam os promotores desses eventos cuja divulgação era feita dessa forma. -----

----- Interveio o deputado Eduardo Pinto, ainda sobre o assunto da EPT, referindo que além de não estar na posse de todos os elementos, lembrava-se que a EPT era sempre referida como a maior escola regional. Talvez neste momento, a escola esteja confrontada com uma mudança de paradigma. Ou seja, ao invés de ter trabalhado em função da quantidade, talvez tenha agora de trabalhar em função da qualidade, sendo reconhecida não pela quantidade de alunos mas pela qualidade dos seus cursos e da sua formação. Questionou o Presidente sobre os resultados, ainda que provisórios, dos censos 2011. Em relação ao mercado, disse que alguns dos problemas que constatava com a realização do mercado eram fruto da pressa com que se levou a cabo a intervenção da parte de cima do campo da feira. Era uma intervenção a dois tempos. Relativamente ao aluguer do espaço atrás da central da camionagem para receber alguns feirantes, na sua opinião, era desnecessário. Questionou o valor desse aluguer. Relativamente às piscinas municipais, preocupava-o o facto de estarem encerradas há tanto tempo, porque as intervenções que estavam a ser feitas, não justificavam um encerramento tão prolongado. Questionou também, o encerramento dos campos de ténis, e do pessoal que estava adstrito àquelas infra-estruturas. Referiu que, no ponto quatro da actividade municipal, relativo a projectos em fase de elaboração, constava a construção de um parque de estacionamento para auto caravanas em Trancoso. Referiu que nunca viu um número tão grande de auto caravanas que justificasse o seu parqueamento. Questionou onde iria ser situado esse parque, e se realmente era necessário. -----

----- Interveio o deputado João Baptista referindo que gostou da intervenção do deputado Luís Castro. Lembrou que se aproximava mais um Verão, um momento sazonal de incêndios. Tudo levaria a crer que haveria uma redução de meios a nível nacional. A nível do distrito da Guarda, em princípio, os meios aéreos seriam mantidos. Opinou que cada autarca deveria olhar pela sua freguesia e devem estar muito presentes na articulação com as autoridades. Associando-se um pouco à preocupação do deputado Luís Castro, referiu que muita coisa teria de mudar em termos de acções de fiscalização, como por exemplo a fazer vigilância ser feita por militares. O Instituto de Emprego também deveria ter uma palavra a dizer, porque havia muita gente sub aproveitada e poderia fazer um óptimo serviço a nível da vigilância e limpeza da floresta. Referiu que concordava com a intervenção da deputada Rosa Abreu, porque também verificou no mercado municipal que as espias dos toldos, eram colocadas junto de qualquer superfície. Disse que na Sexta-Feira Santa à tarde reparou na quantidade de sacos, cartões, considerando isso um abuso dos feirantes. Valeu a intervenção dos funcionários camarários, mas o facto é que passado poucas horas o recinto estava limpo. Considera que o centro histórico está cuidado, e acha que está limpo como nunca esteve. Disse ao deputado Eduardo Pinto, que durante a noite vêem-se muitas caravanas estacionadas junto ao local do mercado, por isso, o parque de estacionamento é capaz de se justificar. Questionou o Presidente da Câmara sobre quais as actividades previstas para as comemorações do 29 de Maio, porque o aniversário dos bombeiros podia-se fazer nesse dia. Relativamente aos trabalhos de arqueologia, disse em relação à freguesia de Moreira de Rei, que pensava que os mesmos se iam arrastar uns meses à semelhança daquilo que acontecera com as sondagens arqueológicas em Trancoso. Devia haver mais celeridade nos trabalhos. Disse que leu na revista SOL que tinha distinguida internacionalmente, a nível de investigação do mundo científico, uma cientista natural de Vila Garcia. Sendo uma cientista oriunda da nossa terra, sugeria que a Câmara Municipal, uma vez que tinha um regulamento a nível das distinções honoríficas, a homenageasse. Elogiou a reabilitação dos Paços do Concelho, relativamente ao espaço ocupado pela empresa “Águas da Teja”. Foi recuperado com mão-de-obra da Câmara Municipal, um bom exemplo a seguir e deixou à consideração do Presidente do Município se não valeria a pena começar a reabilitar os Paços do Concelho, com recurso aos funcionários do Município. Relativamente ao gabinete de arquitectura da Câmara disse que hoje reconhecia que os seus trabalhos que revelavam muita qualidade. Deu o exemplo do projecto da remodelação do Campo da Feira, porque, por aquilo que via, dava a sensação de um mercado muito ordenado e simples. Para além do parque de estacionamento das caravanas, considerava que era necessário um parque de merendas. Mencionou que devia ser resolvido o problema da iluminação do parque municipal, porque se encontrava totalmente às escuras. Sugeriu que o muro do parque fosse retirado e com uma boa iluminação permitiria que as pessoas ali passassem mais. -----

----- O Presidente do Município disse ter registado a intervenção do deputado César Prata. No que respeitava à intervenção do deputado Eduardo Pinto, disse que estava previsto que o processo dos censos se venha a concluir em quinze de Maio, pelo que poderia ser abordado com mais rigor numa próxima sessão da Assembleia Municipal. Quanto ao mercado disse que existia uma lei que obrigava ao seu licenciamento. Essa legislação impunha que o espaço do mercado estivesse vedado, com uma entrada e uma saída para controlo e fiscalização e que houvesse um espaço para estacionamento adjacente. Para se cumprir com esta legislação, os feirantes teriam de ser mudados todos para baixo. O campo da feira de cima foi feito neste pressuposto, com uma área de estacionamento e de lazer que permitisse a realização da Feira Anual. Quanto à questão dos campos de ténis, também não compreendia porque estavam encerrados.

As piscinas municipais estavam em fase acelerada de execução, pelo que as obras deveriam estar concluídas dentro de pouco tempo. Relativamente à construção do parque de estacionamento de auto caravanas disse que o movimento de auto caravanismo, hoje estava muito divulgado na Europa. Nesta zona do interior havia poucos parques de auto caravanas, quanto mais parques houver deste tipo, mais os auto caravanistas. Relativamente às questões do deputado João Baptista, disse que era possível conciliar o aniversário dos bombeiros para o dia 29 de Maio. Quanto aos técnicos de arqueologia, disse que se tinha criado, nos últimos anos, um movimento corporativo dos arqueólogos que ganhou muita força no IGESPAR, constituíram o IPA – Instituto Português de Arqueologia. Definiram-se prazos com o IPA de Castelo Branco. Quanto ao saneamento de Moreira de Rei, disse que estava a ser executado nas zonas mais adjacentes, porque a opinião dos serviços técnicos da Câmara era que no Centro Histórico de Moreira de Rei não valia a pena ser feito o saneamento porque se ali fosse feita uma obra, haveria dez, onze anos de escavações arqueológicas. Disse que depois das escavações arqueológicas no terreno do futuro Centro de Cultura Judaica e a obra do Largo Luís Albuquerque, iriam colocar um arqueólogo em Moreira de Rei para concluir o saneamento em curso, mas dificilmente o Município avançaria com o saneamento para a zona interior da freguesia. Relativamente ao parque municipal, referiu que poderia ser interessante tirar o muro ao parque, mas todos os arquitectos que ouviu sobre o assunto eram todos contra a retirada do mesmo. Quanto à sua iluminação, estava a pensar num projecto para tal, mas o futuro do país, já hoje obrigará muitas câmaras municipais do país a ter uma política de desligar iluminações especiais durante a noite, como forma de poupança de energia. Mesmo na iluminação da muralha, a Câmara teria de tomar medidas de racionalização da iluminação pública e porventura desligar alguma. No caso do parque, a iluminação será remodelada, mas terá de ter temporizador ou ter outro tipo de controlo para que as luzes se desliguem a partir de certas horas, numa medida de poupança energética que se justifica hoje em Portugal. -----

----- Interveio o deputado Nuno Rodrigues referindo que o que via nos relatórios efectuados no mês de Março e Abril, era a substituição das lâmpadas no Parque Municipal. O que é que efectivamente estava a ser feito? Um projecto? -----

----- Em resposta, o Presidente do Município disse que não iriam fazer por administração directa, mas que se tinham vindo a dar passos nesse sentido, mais referindo que não se pretendia apenas a substituição de lâmpadas.

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três** da ordem de trabalhos. -----

----- Interveio o deputado Eduardo Pinto referindo que começava a ser difícil encontrar alguns argumentos que não tivesse referido anteriormente, um pouco aquilo que acontecia com as justificações que a Câmara Municipal apresentava, que eram, de alguma forma repetitivas. Disse que o contexto do tempo, ou seja da execução de 2010, embora com as condicionantes actuais, não era um contexto desconhecido para a maioria municipal porque nas Grandes Opções Plano e Orientações estratégicas para o mandato 2010/2013 refere: “ permitimos citar com a devida vénia um recente estudo do Prof. Hernâni Lopes, publicado em livro com o título Economia no futuro de Portugal para objectivar o quadro referente à actual economia portuguesa. No caso da economia portuguesa, a crise identificada no início de 2007... prosseguiu os seus efeitos, acumulando factores de agravamento, impossibilidade de crescimento das receitas do estado, acentuada com o envelhecimento demográfico, com o desemprego e com constrangimento crescente do pagamento dos encargos financeiros do endividamento interno e externo até ao momento em que imerge a crise económica mundial.” Disse que quando a Câmara Municipal resolveu apresentar um orçamento para 2010 de mais 26 000 000€, sabendo quais

constrangimentos com que se iria deparar. Nos objectivos e na conclusão das GOP'S era evidente que só poderia sentir uma desilusão, face aos resultados. Foi dito que o ano 2010 seria marcado por dois objectivos centrais: seria um ano de planeamento e de preparação de projectos de arquitectura das grandes intervenções do mandato, um ano de consolidação das candidaturas ao QREN e deveria ser ainda um ano de consolidação orçamental na busca de um maior equilíbrio entre a receita e a despesa e no próximo ano, 2010, precisávamos de projectar um novo cemitério em Trancoso, intervenção na Corredoura, reabilitação do Palácio Ducal para Museu da Cidade, o centro de interpretação da batalha, o centro de artes, o novo mercado municipal, a intervenção no campo da feira, entre outros projectos. Diz ainda que o próximo ano seria dedicado ao pagamento dos compromissos assumidos com as juntas e instituições que revestiriam prioridade política. Referiu que quando se falava em diálogo, pensava que seria consequente e frutuoso. Na parte que lhe dizia respeito como Presidente de Junta, referiu que houve diálogo, mas não resultados. Mencionou que a apreciação à conta de gerência, tinha de ser vista, com aquilo que fora apresentado como orçamento e com a conta de gerência que resultou da execução desse período de tempo. A receita de capital foi inferior em 74,38% face ao previsto. Isto ou era um erro grosseiro ou intencional na previsão. A execução da receita foi apenas de 40% do que foi orçamentado, a despesa corrente foi executada a 71,32% do previsto e a despesa de capital não chegou a 1/5 do previsto. Mencionou que nesta despesa de capital já estavam previstas as rendas pagas das obras da parceria público privada. Em comparação com a conta de gerência de 2009 disse que também se verificava que a receita corrente englobava menos 434 000€, a receita de capital tinha crescido 19,48%, concerteza por via dos projectos do QREN, a despesa corrente aumentou 6,16% apesar da diminuição da receita corrente e a despesa de capital diminuiu 1,73%. O endividamento da câmara municipal, a dívida a terceiros aumentou, de 2008 para 2010 qualquer coisa como 102%. Só de 2009 para 2010 cresceu 31,58%, um aumento de mais 2 000 000€. Já para não falar no endividamento bancário directo e indirecto porque, como foi referido no parecer do ROC, era, no mínimo, asfixiante. Por outro lado o resultado da execução das GOP'S foi de apenas 23,27%. Sobre a situação dos contratos administrativos verificou que se encontravam pagamentos de contratos, obras que vinham desde o ano de 2003. Só uma pequena percentagem 4,29% correspondia a contratos de 2010. Referiu que o preocupava o facto do programa da Regeneração Urbana do Centro Histórico, estaria a cargo da empresa Manuel Rodrigues Gouveia, e que entre outras coisas, englobava a requalificação da iluminação. Disse haver vantagens em que a remodelação da iluminação, fosse por uma empresa especializada, porventura com menos custos para o erário público. Mencionou que o programa de apoio ao investimento, apesar de ter só 80 000€ em Orçamento teve a execução de 0,0%, ou seja, se hoje se pedia aos empresários para multiplicarem os seus investimentos, das duas, uma; ou os nossos empresários estavam todos bem capitalizados ou então não havia qualquer dinâmica por parte da câmara e se a houve, tinha sido incapaz de proceder aos pagamentos das participações para tornar rentáveis estes 80 000€. Aparecia, também, uma dívida relativa à DUCALGEST de 900 000€. Questionou-a, atendendo às questões que foram colocadas ao Presidente da Câmara nesta Assembleia, sempre dizendo que não havia nenhum contrato, nenhuma escritura. Mencionou que se fosse necessário mais argumentos para reconhecer quão falhada foi essa gestão, socorria-se da declaração de voto do PSD que dizia: “ os amanhã que se anunciam, fruto da nossa imprevidência, da nossa loucura despesista, e da falta de bom senso, apresentam-se-nos desconhecidos imprevidos. Os tempos novos estão difíceis e obrigar-nos-ão a mais critério e cada vez mais contenção de despesa.” Depois o Sr. Presidente dizia: “ Temos a maior dívida pública em percentagem do PIB dos últimos 160 anos”. Disse ser verdade, mas também a Câmara Municipal tem quota-parte dessa dívida pública, e

também era verdade que a dívida da Câmara não tinha paralelo com nenhum ano anterior. Disse, ainda que continuava a defender que não havia qualquer vantagem em fazer do Orçamento Municipal um grande chapéu para depois este estar completamente roto e nada ou muito pouco dele. -----

----- Em resposta o Presidente do Município disse que, quando na declaração de voto dizia: os amanhã's que se anunciam votos da nossa imprevidência, da nossa loucura despesista e da falta de bom senso; esqueceu-se de dizer que foi dito que a responsabilidade era de todos, mas em particular do Governo. Referiu que esta responsabilidade não era só do Governo, mas a verdade é que neste momento, em trinta e cinco anos de democracia, íamos entrar pela terceira vez em bancarrota e sempre com governos socialistas. Tudo aquilo que o deputado disse, no que diz respeito à regulação da execução com o orçamento, tinha razão, mas a maneira de elaborar o orçamento era fazer um planeamento mais alto para que se pudesse, em função das circunstâncias, fazer opções. Na verdade, se fosse comparada a execução de 2010 com os anos anteriores via-se que tinha sido executada mais despesa do que em 2007, 2008 e 2009, ou seja, tinha sido um melhor ano do ponto da execução da despesa. Do ponto de vista da execução da receita, em 2010, tinha sido executada mais receita do que em 2007, 2008 e 2009. Referiu que existe um facto extraordinariamente positivo, que era o Município de Trancoso continuar com uma relação entre a receita corrente e a despesa corrente equilibrada, coisa que os outros municípios à volta já não tinham. Disse que em relação à crise todos éramos culpados, teríamos de mudar todos de cultura política e seguir em frente, sendo constrangente que nos próximos tempos, os jovens que saíssem para o mercado de trabalho não iriam ter emprego privado, nem público, os desempregados iriam ter muito menos tempo de fundo de desemprego, as empresas estavam descapitalizadas. Questionou se seria exigível que a Câmara Municipal, sem dinheiro e sem ter assegurado os financiamentos comunitários, fizesse obras no mercado municipal, na Câmara, recuperasse o Palácio Ducal, fizesse as zonas industriais. A verdade é que estávamos limitados nas verbas comunitárias que colocavam à disposição. O Município de Trancoso tinha um envelope financeiro de 2 600 000€ de fundos comunitários na contratualização, que já estava executado, porque com o bloco escolar, a estrada para Fiães e o campo da feira já tinha passado um pouco esse limite, contando que outros municípios não executem obra. O município candidatou-se à Regeneração Urbana, o que nem todos os municípios tinham conseguido, para fazer o museu no Palácio Ducal, a ampliação da zona industrial de Trancoso e de Vila Franca das Naves que se pretendia que fosse contratualizada na segunda fase, que já deveria ter sido implementada e ainda não tinha sido. Ainda não havia o dinheiro assegurado, porque ainda não tinha sido aberta a segunda fase da contratualização e não seria sério que se lançassem obras sem estarem asseguradas as participações, gerando despesa e mais endividamento. No caso do edifício da Câmara Municipal, iriam fazer um concurso público para uma nova estrutura de telhado, da caixilharia e do reboco exterior e, aproveitando que a Câmara tem um duplo soalho, a remodelação interna seria feita pelos funcionários. Disse que o endividamento que o Município tinha, estava controlado, o não queria dizer que a sua censura relativamente à forma como se apresentavam os orçamentos não tivesse alguma razão de ser, mas a verdade é que o ano de 2010 tinha sido o que obtivera melhores resultados do ponto de vista da receita e da despesa em comparação aos anos anteriores. Disse que não era sério dizer que o Quartel dos Bombeiros de Vila Franca das Naves era obra do Governo. -----

----- O deputado Eduardo Pinto questionou o Presidente do Município se considerava que para Trancoso eram necessários tantos museus, e se efectivamente iriam justificar a despesa nos próximos anos. -----

----- O Presidente do Município disse que o primeiro núcleo museológico foi feito pelo IGESPAR no castelo. Do ponto

de vista museológico iria avançar-se com o centro de cultura judaica e com o museu da cidade. Para além disso tinham que ser discutidas quais seriam as prioridades para os próximos anos, de modo a aproveitar os fracos recursos que havia.

----- Interveio o deputado Paulo Amaro, referindo que estando em discussão a apreciação dos documentos de prestação de contas, devia haver uma apreciação política e uma apreciação dos números apresentados. Disse que a nível político, do ponto de vista do Executivo ela estava revelada no relatório de gestão que foi facultado, onde para além da actual situação económico financeira do país foi referido como um forte condicionante o atraso na aplicação do QREN, ficando tal demonstrado, porque apesar de uma baixa taxa de execução das GOP'S, nos casos em que as obras foram financiadas pelo QREN apresentavam-se elevadas taxas de execução. Apontou como elementos positivos o equilíbrio entre a receita corrente e a despesa corrente, bem como a diminuição nos custos de pessoal em cerca de 4%. Não foi referido o aumento no balanço das imobilizações em curso, as quais definiam o volume de obra no final de ano porque houve um acréscimo de volume de obra cerca de 700 000€. Relativamente à apreciação de números, efectivamente no mapa que foi fornecido relativo a outras dívidas a terceiros, havia um acréscimo de 2 000 000€ que mesmo descontando a operação relacionada com o Palácio Ducal, que estava contabilizada mas não executada, estaríamos a falar de um aumento de cerca de 1 000 000€. Assim, face à opção do executivo em apenas executar obras que tenham sido financiadas, não havendo nos documentos qualquer justificação para este facto, e por outro lado o parecer do revisor de contas chamar à atenção para o limite do endividamento, importaria esclarecer a Assembleia Municipal quanto a este aumento das dívidas a terceiros. Ainda quanto à apreciação política, que no caso do PS constava da sua declaração de voto na reunião do executivo, disse que dividiria a declaração em duas. Porque uma delas não tinha nada a ver com a apreciação de contas, dava a ideia que era mais uma declaração de intenções relativamente ao próximo acto eleitoral de 5 de Junho, salientando o que chamaria o activo do PS no concelho e distrito, quando referia as obras executadas: bloco escolar de Trancoso, quartel bombeiros de Vila Franca das Naves, novo quartel da GNR de Trancoso, intervenção no castelo. Mas eram omissos quanto ao passivo que este mesmo governo socialista nos deixava, porque ao fim de quase quinze anos de governos socialistas, nos apresentávamos com uma elevada taxa de desemprego, o que associada a um período de recessão fazia com que as pessoas não tivessem alternativas de emprego; estávamos a braços com a mais elevada dívida pública da nossa história, embora tivesse havido uma crescente pressão fiscal que era praticamente incomportável para as famílias e empresas; havia serviços sociais que estavam à beira da rotura, como era caso da saúde e justiça. Quanto à apreciação de contas que foi feita na declaração de voto e complementada pela intervenção do deputado Eduardo Pinto, para serem coerentes, deviam também ser consideradas as condicionantes do próprio exercício de 2010, uma delas introduzida por este Governo e que tinha a ver com a obrigação das câmaras municipais em fazerem consolidação de contas. Em 2010 foi a primeira vez que isso foi feito e teve reflexo nas contas e quanto a isto nada foi dito. Também estavam a exigir às câmaras municipais mais obrigações, nomeadamente no sector da educação, e não estavam a ser facultados meios financeiros necessários para essas obrigações crescentes, que também tinham reflexo no desempenho do exercício. Mencionou que da leitura da declaração de voto do PS, ficava a ideia que em Trancoso, se estava a lidar com um PS com duas caras ou dois PS. Havia em Trancoso o PS dos vereadores da oposição e depois um outro PS que era composto pela concelhia e os membros da Assembleia Municipal do PS. Tal tinha acontecido, também, na última sessão da Assembleia Municipal, com a questão da iluminação pública onde foi dito pelo Sr. Presidente e demonstrado com a leitura da respectiva acta, que os vereadores socialistas tinham aprovado a execução do projecto da

remodelação da iluminação pública, mas depois a comissão política do PS fez um comunicado onde foram criticados os valores que tinham sido previamente aprovados. Mais recentemente, os deputados do PS votaram contra o processo de aquisição do Palácio Ducal e depois foram surpreendidos pela declaração de votação dos vereadores do PS onde constava que uma das obras essenciais para o concelho seria a recuperação do Palácio Ducal. Questionou qual a verdadeira posição do PS local. -----

----- Usou da palavra o Presidente do Município que relevou também o aumento das imobilizações em curso, sinal que tinha havido obra executada. Quanto à questão do aumento do endividamento em cerca de 2 000 000€, 900 000€, o mesmo tinha a ver com a questão do Palácio Ducal, o resto de 1 000 000€ correspondia a obra feita e não paga. No que dizia respeito ao bloco escolar apresentado pelo PS como tendo sido uma obra do Governo, tal como aconteceu com o quartel de bombeiros de Vila Franca das Naves, foram obras da responsabilidade da CMT que colocou 30% de participação. Os restantes 70% é dinheiro vieram dos fundos comunitários, logo não se podiam considerar obras feitas pelo Governo. Obra do Governo tinha sido a do castelo, o IP2 e a recuperação do edifício florestal para quartel da GNR.

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou o ponto de ordem de trabalhos à votação, sendo o mesmo aprovado com 35 votos a favor e 18 votos contra. Deu a palavra ao deputado Paulo Leocádio para fazer a declaração de voto do PS que vai ser transcrita na íntegra: -----

“Declaração de Voto do PS

O Partido Socialista tem vindo insistentemente a demonstrar a sua preocupação sobre o modelo de gestão, adoptado pelo Executivo do PSD, para a Câmara Municipal de Trancoso.

É historicamente confrangedor assistir ao peso crescente da DESPESA CORRENTE, em detrimento do INVESTIMENTO. Sem capacidade de aumentar RECEITAS e sem engenho nem arte na mobilização de Fundos Comunitários para potenciar os investimentos vitais para a melhoria da qualidade de vida dos trancosenses, este Executivo do PSD foi incapaz de alavancar o desenvolvimento do nosso concelho.

Mesmo com uma gestão permanentemente deficitária, portanto a gastar mais (e mal) do que podia, foi impotente para, no mínimo, manter a posição de competitividade do Município de Trancoso, no ranking nacional, exactamente porque não soube definir e executar os investimentos prioritários, geradores de mais-valia social e económica.

E chegados aqui, os Trancosenses ficam com as DIVIDAS PARA PAGAR.

Relevemos extractos do Relatório de Prestação de Contas de 2010:

-“Como se denota, o montante de endividamento líquido do Município à data de 31 de Dezembro de 2010, é de 14.534.110,00 €

-No âmbito da execução orçamental, apura-se que, do total do orçamento final, para o exercício de 2010, no valor real executado de 12.891.737,00 €, a receita cobrada ascendeu a 6.338.491,01€ (tendo caído 6.41%) e a despesa corrente 6.243.460€ (tendo aumentado 6.16%)

Ou seja:

O Executivo do PSD, executou apenas 38,14% do que previu no lado da receita, e na despesa executou apenas 37,78%

A taxa de execução anual das GOP ficou-se pelos 23,27%.

Vínhamos chamando a atenção para a falta de rigor e transparência na elaboração dos Orçamentos e na Prestação de Contas. O PS chegou a referir, nesta mesma sala, que os Orçamentos elaborados pelo Executivo social-democrata da

Câmara de Trancoso eram tudo, menos documentos de gestão. Avisámos que se agravariam as fragilidades do Modelo de Gestão Autárquico do Executivo do PSD liderado pelo Dr. Júlio Sarmiento. E tivemos a oportunidade de referir que “a forma como o Executivo do PSD da Câmara de Trancoso continua a esbanjar dinheiros públicos, vai prejudicar seriamente os Trancosenses. Dinheiro mal gasto é e será dinheiro em falta na defesa do “Estado Social”.

Cabem aqui, com toda a propriedade as palavras de Sérgio Gonçalves do Cabo, da Faculdade de Direito de Lisboa:

“Aliás, a este propósito, importa notar que as transferências para os municípios e freguesias passaram de 6,8 mil milhões de euros no período de 1996 a 2000, para 10,6 mil milhões de euros no período de 2001 a 2005.

Tudo isto permite concluir que a problemática dos desequilíbrios financeiros municipais não se coloca, fundamentalmente, no plano da relação entre atribuições e meios financeiros, mas, outros sim, ao nível da forma como os recursos disponíveis são aplicados por cada autarquia. Por isso, não se pode dizer que a problemática dos desequilíbrios financeiros municipais radique numa insuficiência estrutural de receita face às despesas municipais, afigurando-se mais correcto o entendimento de que tais situações se prendem, sobretudo, com erros de previsão orçamental, sobreavaliando receitas de modo a assegurar a realização de um determinado programa de despesas, ou mesmo com problemas de má gestão dos recursos disponíveis. Na verdade, apesar do significativo aumento das receitas municipais ocorrido entre 2000 e 2006, o nível de endividamento total das autarquias locais mais do que duplicou nesse período, parecendo legitimar a conclusão de que o efeito conjugado da descida das taxas de juro e do aumento das receitas locais terá contribuído para um crescimento significativo da despesa pública autárquica financiada pelo recurso ao crédito (cfr. quadro 2). Contudo, se considerarmos apenas o endividamento de curto prazo, verificamos que este praticamente quadruplicou neste período, passando de 631 milhões de euros em 2000 para 2188 milhões de euros em 2006.”

(V.G artigo “SANEAMENTO E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO MUNICIPAL” Publicado na Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, Ano II (2009), N.º 2).

Assim, dizemos nós, Para contrariar e corrigir o desequilíbrio verificado, a CMT deve fazer uma gestão orçamental em que a realização da despesa, e não somente o seu pagamento, tem de acompanhar a real cobrança da receita e não a sua mera previsão orçamental.

Para além disso, deve existir uma outra preocupação prévia, que é a da elaboração de orçamentos transparentes e com previsões rigorosas e fundamentadas, reflectindo a real expectativa da execução orçamental do Município, o que constitui um dos pressupostos de qualquer gestão financeira equilibrada e sustentável, nomeadamente em termos de manutenção de níveis de dívida administrativa e comercial compatíveis com o quadro financeiro do município, devendo, pois, ser rejeitado qualquer empolamento das receitas orçamentais.

Às questões referidas anteriormente, que são de natureza financeira e pretensamente de gestão, verificamos globalmente o desprezo pela dinamização de sectores produtivos e económicos de iniciativa privada, que não encontram no Concelho condições de atractividade e competitividade necessárias ao desenvolvimento das suas actividades, perdendo-se com isto uma importante fonte de receitas.

Assim sendo, quando a realidade evidencia a redução de investimentos nas zonas industriais (que favorece a não criação de emprego), e bem assim na acção social, o que o executivo no poder entendeu, narcisisticamente, realçar no Relatório da Gestão de 2010, foi o seu sentido de oportunidade e visão estratégica para justificação da conquista de fundos comunitários (Aquisição de contentores subterrâneos; reabilitação do Convento de S. Francisco; Remodelação do edifício

anexo ao Convento; Arrelvamento do campo de futebol, arranjos urbanísticos em Trancoso). Só que, nada disse quanto ao reverso desta medalha ou seja, omitiu o facto de a construção de tais equipamentos traduzir um investimento em obras que não só não libertam recursos, como ainda por cima continuam a consumi-los com as necessidades da sua conservação, manutenção e funcionamento.

Perante isto, o que se verifica é que, enquanto ao nível nacional parece pacífico e transversal o entendimento de que já há muito os partidos políticos deveriam ter-se disponibilizado para assumirem o compromisso de adoptar programas de estabilização financeira e de emergência social, em Trancoso tudo aponta para que a gestão municipal continue em contra ciclo, opção que determinou que em 2010 o capital em dívida aos bancos tenha atingido o valor mais elevado de sempre (5.875.182,00 €); a este valor acresce a já referida dívida a terceiros e o não menos significativo encargo das parcerias PP no valor de 23.698.363,42€.

Uma consequência para a qual a oposição foi advertindo o executivo municipal no poder, tendo em consideração a crise que fustigou e continua a fustigar a economia do país; apesar disso, o executivo nada fez no sentido de tomar medidas restritivas de combate aos efeitos dessa crise – todos nesta sala se lembram das palavras proferidas em Assembleia Municipal por alguns deputados do PSD “Deixa endividar queremos é obras.”

Em suma devemos considerar que, para além do empolamento exagerado do orçamento com receitas irreais, para fazer face a um plano de investimentos irrealista, esta Conta de Gerência evidencia a incapacidade do executivo municipal do PSD em encontrar uma estratégia alternativa de desenvolvimento, que como já o afirmamos por diversas vezes, passa pela dinamização de sectores económicos alternativos, nomeadamente o do turismo e sector primário, que esperam por uma estratégia que potencie estes e outros sectores que acreditamos dinamizarão a nossa actividade comercial, hoje praticamente morta. Esperamos que de futuro as nossas recomendações nesta matéria possam de facto ser acolhidas, o que marcaria o fim deste ciclo esgotado, abrindo-se assim uma verdadeira janela de oportunidades.

Ora, posto isto, o Grupo Municipal do PS, coerentemente vota contra.” -----

----- De seguida o deputado municipal António Plácido apresentou a declaração de voto do PSD que irá ser transcrita na íntegra:

“O Grupo Municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Trancoso, tendo votado favoravelmente a aprovação dos Documentos de Prestação de Contas, apresentou a sua declaração de voto, que a seguir se transcreve:

“Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2010 mereceram apreciação favorável por quanto evidenciam a prudência e a sensatez do Executivo face ao cenário de crise económico-financeiro a que o actual Governo conduziu o país. Por um lado, verifica-se que a estrutura da receita e da despesa corrente está equilibrada, facto particularmente positivo, face ao que se passa nos municípios do distrito, apresentando um resultado positivo da receita face à despesa corrente. É certo que a despesa corrente é superior, fruto do aumento de custos, da electricidade, combustíveis, transportes escolares, entre outros, situações externas ao Município, mas é de salientar a diminuição em 4% dos custos com pessoal. Nada a apontar quanto à bondade destes números.

Já relativamente à despesa de investimento onde a oposição vê falta de execução, apreciamos a sensatez do Executivo que travou a despesa, limitando o investimento às obras comparticipadas com fundos comunitários. Tivesse o Governo escutado a opinião de tantos economistas e do próprio PSD e feito que o Município de Trancoso fez, de travar a despesa, que não teríamos a enorme e incontrolável dívida pública que nos conduziu à bancarrota e ao pedido de resgate ao FMI e

à CE. Serão meras coincidências que em 35 anos de democracia, as três vezes que fomos conduzidos à situação de bancarrota e à entrada do FMI tivessem tido como causa a gestão de governos socialistas? Será possível que a oposição socialista quisesse ver mais despesa e mais endividamento no Município de Trancoso? Ou que reclamasse que se executassem obras sem que estivessem ainda asseguradas participações, como acontece com o Museu da cidade no Palácio Ducal, ou as zonas industriais ou ainda o Mercado Municipal, que terão de ser candidatas à segunda fase da contratualização na COMURBEIRAS, que ainda não abriu? Andam desatentos?

Como podem vir falar da obra de reabilitação do edifício dos Paços do Concelho se tem sido repetido até à exaustão que o início da obra está dependente da libertação do actual quartel da GNR? Os documentos de prestação de contas evidenciam ainda o aumento do imobilizado que traduz um elevado grau de realização de obra. Relativamente ao endividamento municipal não tem comparação com o que se passa na generalidade dos Municípios como a leitura mais atenta dos jornais regionais facilmente comprova.

Não podemos deixar, também, de evidenciar que a comparação com o Governo parece despropositada, até pelo facto de se darem exemplos de obras realizadas no âmbito das PPP's, como é o caso da auto-estrada e do Hospital da Guarda. Mas já é descaramento imputar ao Governo a obra do Quartel de bombeiros de Vila Franca das Naves (a não ser que estejam a falar do quartel fantasma que aparecia no folheto da propaganda socialista e que ainda ninguém conseguiu descobrir onde fica!), tal como constitui grossa mentira dizer que é da responsabilidade do Governo a construção do Bloco Escolar da EBI de Trancoso.

Não está em causa a contestação ao investimento do Governo no concelho que só evidencia a boa relação institucional com a Câmara Municipal, mas apenas se critica a demagogia de pretender considerar como investimento governamental o Quadro de incentivos comunitários do QREN.

Pelo conjunto de razões aduzidas e a constatação evidente do desenvolvimento do concelho votámos favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas”

----- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro** da ordem de trabalhos. Não havendo intervenções e colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por maioria com uma abstenção. -----

----- De seguida informou que se iria passar ao **ponto cinco**. Não havendo intervenções, a apreciação do inventário de todos os bens direitos e obrigações patrimoniais do Município foi considerada unanimemente positiva. -----

----- Posto isto, passou-se ao **ponto seis** da ordem de trabalhos, referindo o Presidente da Mesa que ainda não havia candidaturas. O voto uma vez que diz respeito a pessoas teria de ser secreto. -----

----- Relativamente ao tema em apreço, o Presidente do Município interveio referindo que o PDM definia as orientações de planeamento para o território. Era constituído por três cartas, carta da reserva agrícola, ecológica e a carta de condicionantes. O mais importante era saber para onde haveria expansão urbana e aí os interlocutores das freguesias seriam particularmente ouvidos, por isso não faria sentido indicar um Presidente de Junta para essa discussão. A lei obrigava a que houvesse um membro da Assembleia Municipal, daí que a indicação pudesse ser um empresário, propondo o deputado António Plácido, uma vez que as questões que tenham a ver com a expansão das zonas industriais ou, eventualmente, o encaminhamento de uma nova zona industrial distanciada do núcleo urbano ou não, são também muito importantes. -----

----- O Presidente da Mesa disse que, por imperativo legal teria que ser feita a votação por voto secreto. Depois de

contados 53 votos, o deputado António Plácido foi eleito para representante da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal com 38 votos sim, 1 não e 14 brancos. -----

----- Não havendo público, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que depois de lida, discutida e aprovada, irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia –

----- O Primeiro Secretário –

----- O Segundo Secretário –

